



Notícias da Justiça e do Direito nos jornais deste domingo

27/07/2014

O Ministério Público denunciou dois manifestantes acusados de comandar protestos violentos em São Paulo sem que supostos artefatos explosivos que, segundo a polícia, foram achados com eles fossem submetidos à perícia. Mesmo sem a análise que comprovaria o potencial incendiário ou explosivo dos dois artefatos, a Justiça aceitou a denúncia do Ministério Público contra eles. A Secretaria de Segurança Pública disse que a análise do material "está sendo feita", mas não deu prazos de quando deverá ficar pronta. A Promotoria diz que para a denúncia são necessários apenas indícios. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Estado de saúde

O doleiro Alberto Youssef retornou no sábado (26/7) para a carceragem da Polícia Federal em Curitiba, onde está preso. Ele passou a sexta-feira (25/7) em observação na UTI de um hospital por suspeita de infarto. Não foi divulgada nenhuma informação sobre o estado de saúde dele.

De acordo com o advogado do doleiro, este foi o terceiro infarto de Youssef desde setembro. Youssef responde a cinco ações da Justiça por conta da operação lava jato, que investiga a movimentação irregular de R\$ 10 bilhões. As informações são do portal **G1**.

Financiamento de campanhas

No ano que deverá ser o última em que as doações de empresas serão permitidas, as coordenações financeiras das principais candidaturas à Presidência do Brasil admitem que a arrecadação alternativa continuará tendo aspecto simbólico no financiamento das campanhas. A expectativa é que o Supremo Tribunal Federal confirme a proibição de doações de empresas nas eleições, o que valerá somente a partir do próximo pleito. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Defesa do consumidor

Em entrevista ao jornal **O Globo**, a professora de Direito da Universidade Macau, Wei Dan, fala sobre a evolução na legislação de defesa do consumidor na China, que entrou em vigor em março. Segundo ela, a nova lei protege mais efetivamente o direito dos chineses. Responsável por traduzir do Código de Defesa do Consumidor (CDC) brasileiro para o mandarim, Wei Dan elogiou o código brasileiro. "Acho que o Brasil pode ser considerado hoje em dia uma das melhores jurisdições no que diz respeito ao direito do consumidor. O Brasil é um país emergente, mas tem experiências riquíssimas na defesa do consumidor. O CDC mostra maturidade. Creio que a China tem muito a aprender com a experiência brasileira", afirma.

Uso de canabidiol

Desde abril, quando a Justiça e a Anvisa autorizaram pela primeira vez no país a importação da pasta com CBD (canabidiol), a agência já recebeu 36 pedidos para liberar o produto. Segundo a



Anvisa, já foram liberados 18 pedidos e outros 12 aguardam exigências a serem cumpridas. Houve ainda a liberação por meio de dois mandados judiciais e três casos estão em análise inicial. Apenas um pedido foi arquivado. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2014-jul-27/noticias-justica-direito-jornais-229/>